



Número: **0005089-69.2020.8.17.2001**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **4ª Câmara Cível - Recife**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Jones Figueirêdo Alves**

Última distribuição : **03/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0005089-69.2020.8.17.2001**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (APELANTE)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO) RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (APELANTE)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO) RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
RENATO ALEXANDRE DA SILVA (APELADO)		JULIANA DE ALBUQUERQUE MAGALHAES (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (ASSISTENTE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15118523	12/03/2021 18:41	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão



Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

**4ª Câmara Cível - Recife**

, S/N, 2º andar, RECIFE - PE - CEP: 50010-040 - F:( )

Processo nº **0005089-69.2020.8.17.2001**

APELANTE: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADO: RENATO ALEXANDRE DA SILVA

## INTEIRO TEOR

**Relator:**

**Relatório:**

**4ª CÂMARA CÍVEL** PROCESSO 0005089-69.2020.8.17.2001 APELANTE: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA APELADO: RENATO ALEXANDRE DA SILVA RELATOR: DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVESJUÍZA DECISORA: IASMINA ROCHA

**RELATÓRIO: Ação (ID 14110593):** Na origem, Renato Alexandre da Silva manejou *Ação de Cobrança de seguro Dpvat* contra a Seguradora LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A e TÓKIO MARINE SEGURADORA S.A, buscando a condenação ao pagamento de indenização por invalidez permanente provocada por acidente de trânsito. Aduz que, com o acidente ocorrido em **25/04/2015**, sofreu debilidade permanente. **Sentença (ID 14110687):** O magistrado sentenciante julgou parcialmente procedente o pedido, para condenar as demandadas no pagamento de R\$ 9.450,00, devendo o valor ser corrigido monetariamente de acordo com os índices da tabela do ENCOGE, a partir da data do evento danoso (STJ súmula n.580), e acrescida de juros moratórios, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (STJ Súmula n.426). **Apelação (ID 14110690):** Em suas razões, defendem as partes demandadas, ora apelantes, a ocorrência da prescrição da pretensão, considerando que o acidente ocorreu na data 25/04/2015, ao passo que o pedido administrativo ocorreu no dia 16/11/2015, conforme pode se comprovar através de simples análise do processo administrativo. **Contrarrazões (ID 14110694)** pugnando pela manutenção da sentença. É o que importa relatar. Inclua-se o presente feito na pauta de julgamentos. Recife, data da certificação digital. **Des. Jones Figueirêdo Alves Relator**

**Voto vencedor:**

**4ª CÂMARA CÍVEL** PROCESSO 0005089-69.2020.8.17.2001 APELANTE: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA APELADO: RENATO ALEXANDRE DA SILVA RELATOR: DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVESJUÍZA DECISORA: IASMINA ROCHA **VOTO RELATOR** A questão é simples e não merece maiores delongas. De proêmio, não assiste razão à apelante. Vejamos. As apelantes alegam a ocorrência da prescrição, sob o argumento de que o autor deu entrada no pedido administrativo para indenização do seguro DPVAT em 16/11/2015, o que provocou a suspensão

do prazo prescricional até 04/12/2015, quando a ré encaminhou carta de negativa do pagamento administrativo, voltando o prazo a fluir e encerrando-se em 12/05/2018. Pois bem. Explico. Em se tratando de beneficiário de seguro, cediço que o prazo para o ajuizamento de demanda indenizatória é de 03 (três) anos, consoante dispõem o art. 206, §3º, IX, do Código Civil e a Súmula nº 405 do STJ ("A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos"), fluindo tal prazo, nos casos de seguro obrigatório, da data da ciência inequívoca da invalidez. A propósito, consigne-se, que a jurisprudência do c. STJ é pacífica no sentido de admitir conforme precedentes do STJ, que "exceto nos casos de invalidez permanente notória (amputação de membro, entre outros), ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de instrução, **a vítima do acidente de trânsito tem ciência inequívoca do caráter permanente de sua incapacidade na data da emissão do laudo médico pericial**". Na hipótese dos autos, o acidente ocorreu em **25/04/2015**, porém o laudo pericial para fins de averiguação do grau de invalidez permanente, atestando e tornando a ciência inequívoca do caráter permanente de sua debilidade permanente e sua incapacidade somente aconteceu em juízo no data 28/08/2020. Logo, não havendo outras provas ou laudo capazes de dar ciência à autora da sua invalidez, deve ser considerado para efeito de contagem do lapso prescricional, a data da confecção do laudo médico judicial. Por essa razão, não há que se falar em prescrição, pois manejada dentro do prazo legal. No caso em tela, diante da documentação acostada pelos demandados, o qual noticiou ao segurado o encerramento do procedimento administrativo, com o indeferimento da indenização, sob a justificativa de a lesão ainda não estaria consolidada – em tratamento terapêutico ainda não concluído. (id 14110603). **Dessa forma, tal negativa não poderia deflagrar o prosseguimento do prazo prescricional, visto que não existia a certeza de que as sequelas seriam permanentes.** Segue ementas de decisões judiciais: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. PRESCRIÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ. INOCORRÊNCIA. RECURSO REJEITADO. **1. A pretensão de cobrança da indenização securitária DPVAT prescreve em três anos, contados da ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez da vítima, que, nesse caso, depende de laudo médico. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.** 2. Recurso rejeitado. (Apelação Cível 523292-60001390-70.2011.8.17.0260, Rel. José Viana Ulisses Filho, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, julgado em 11/11/2020, DJe 19/11/2020). Grifos CIVIL. DPVAT. LEI 6.194/76 COM ALTERAÇÃO DA LEI 11.459/2009. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 278/STJ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PARA LESÃO PARCIAL INCOMPLETA NO MEMBRO SUPERIOR DE NATUREZA LEVE. SÚMULA 474 DO STJ. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. EXISTÊNCIA DE VERBA COMPLEMENTAR. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. PROVIMENTO DO RECURSO. **O prazo prescricional deve ser contado, em regra, da emissão do laudo médico quando o segurado tem ciência da debilidade.** Constata-se a inocorrência do transcurso do prazo de 3 anos, mesmo sem contar com a suspensão do pedido administrativo. A regra em vigor à época é a Lei nº 6.194/74, com as alterações produzidas pelas Leis 11.482/2007 e 11.945/2009, em homenagem ao princípio do "tempus regit actum". "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." A perícia judicial atesta a existência de debilidade permanente incompleta no membro superior com perda anatômica ou funcional de leve repercussão. Contudo, deve ser abatida a verba indenizatória paga administrativamente. O autor faz jus ao pagamento de indenização complementar, sobre o qual deverá correção monetária, pela tabela ENCOGE, desde a data do sinistro e juros de mora de 1% ao mês desde a citação. A Seguradora deve responder pelo pagamento das custas e honorários advocatícios de 15% sobre o valor atualizado da condenação. Recurso provido. (Apelação / Remessa Necessária 547948-50000367-29.2013.8.17.0710, Rel. Francisco Eduardo Gonçalves Sertorio Canto, 3ª Câmara Cível, julgado em 29/10/2020, DJe 16/11/2020). Grifos Pelo exposto, **nego provimento ao recurso de apelação para manter a sentença em todos os seus termos.** Por fim, em função da sucumbência, fixo os honorários em 15% (quinze por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, §11, do CPC, não aplicando a sucumbência recíproca ao presente caso. É como voto. Recife, data da certificação digital. **Des.**

**Jones Figueirêdo AlvesRelator**

**Demais votos:**

**Ementa:**

**4ª CÂMARA CÍVELPROCESSO 0005089-69.2020.8.17.2001 APELANTE: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA APELADO: RENATO ALEXANDRE DA SILVA RELATOR: DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVESJUÍZA DECISORA: IASMINA ROCHA**

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PRESCRIÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ. PRELIMINAR REJEITADA. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.**

**1- 1-** O termo inicial do prazo prescricional, in trienal, para a cobrança da indenização securitária DPVAT previsto no art. 206, §3º, IX, do CC, começa a fluir a partir da data em que o segurado tiver ciência inequívoca de sua incapacidade, que no caso dos autos, deu-se a partir do laudo pericial judicial. Por tal razão, não é hipótese de extinção da ação, por força da prescrição, nos moldes do art. 487, II, do CPC/15. **2- 2.** No caso em tela, diante da documentação acostada pelos demandados, o qual noticiou ao segurado o encerramento do procedimento administrativo, com o indeferimento da indenização, sob a justificativa de a lesão ainda não estaria consolidada – em tratamento terapêutico ainda não concluído. (id 14110603). Dessa forma, tal negativa não poderia deflagrar o prosseguimento do prazo prescricional, visto que não existia a certeza de que as sequelas seriam permanentes. **3- 3-** Preliminar rejeitada. Apelo não provido. Decisão unânime **4- 4-** Em função da sucumbência, fixo os honorários em 15% (quinze por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, §11, do CPC.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Apelação Cível nº **0005089-69.2020.8.17.2001**, em que figura como Apelantes TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA e Apelado RENATO ALEXANDRE DA SILVA, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo a sentença vergastada. Tudo conforme a ementa e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, data da certificação digital.

**Des. Jones Figueirêdo Alves Relator**

**Proclamação da decisão:**

À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatoria

**Magistrados: [JONES FIGUEIREDO ALVES, EURICO DE BARROS CORREIA FILHO, FRANCISCO MANOEL TENORIO DOS SANTOS]**

RECIFE, 12 de março de 2021

Magistrado